

JORNAL DO JUDICIÁRIO

Informativo do Poder Judiciário do Ceará | abr/mai/jun de 2018



Personalidades cearenses são agraciadas com Medalha do Mérito Judiciário Clóvis Beviláqua

Tribunal de Justiça do Ceará concedeu a honraria ao governador Camilo Santana, à irmã Maria da Conceição Dias Albuquerque, ao historiador Miguel Ângelo de Azevedo (Nirez) e ao servidor da Justiça estadual José Ferreira dos Santos

Págs. 8 e 9



Mudança do nome e gênero no Registro Civil

Ceará é o primeiro Estado do Brasil a facilitar a alteração no Registro Civil de pessoas transgênero

Págs. 2 e 3

Obras clássicas de juristas cearenses

Conselho Editorial do TJCE inicia projeto de republicar autores do direito com a obra "O Delito de Matar"

Pág. 6 e 7

Vara instalada em Ocara

Antes, a Comarca era vinculada a Chorozinho. Agora, a unidade conta com magistrado e estrutura de pessoal para dar andamento às ações

Pág. 4 e 5

Gestão 2017/2019

Presidente do TJCE
DES. FRANCISCO GLADYSON PONTES

Vice-Presidente
DES. WASHINGTON LUIS
BEZERRA DE ARAÚJO

Corregedor-Geral da Justiça
DES. FRANCISCO DARIVAL
BESERRA PRIMO

expediente

O Jornal do Judiciário é uma produção da Assessoria de Comunicação Social

Chefe da Assessoria
CARMEN INÊS MATOS WALRAVEN

Editora
CAMILLA CARNEIRO

Redatores
EMANUELLY NÉRI, PAMELA
LEMONS, REBECA NOLETO,
ULYSSES MAGNO, CAROLINA DO
VALE, TALITA SILVA, CRISLEY
CAVALCANTE E CÁSSIA CARVALHO
(ESTAGIÁRIA)

Diagramador/fotógrafo
RANNJON MIKAEL

Impresso na área gráfica da
Coordenadoria de Apoio Operacional
do TJCE

Coordenador
RÔMULO CIDRÃO

Esta edição também é disponibilizada
em formato digital no site
www.tjce.jus.br, seção Imprensa

conecte-se:

www.tjce.jus.br

[facebook.com/tjceoficial](https://www.facebook.com/tjceoficial)

[@tjcenoticias](https://twitter.com/tjcenoticias)

[@tjceoficial](https://www.instagram.com/tjceoficial)

[/tjceimprensa](https://www.youtube.com/tjceimprensa)

Judiciário cearense autoriza mudança do nome e gênero no Registro Civil

A medida torna o Ceará o primeiro Estado do Brasil a facilitar a alteração no Registro Civil de “pessoas trans” sem autorização judicial

“É uma conquista histórica dos movimentos sociais”, vibra a presidente da Comissão da Diversidade Sexual e Gênero da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Ceará (OAB-CE), Vanessa Venâncio, sobre o Provimento nº 9/2018, publicado no Diário da Justiça do dia 7 de maio, pela Corregedoria-Geral da Justiça do Ceará, que autoriza a mudança do nome e gênero no cartório de Registro Civil com a autodeclaração do transgênero. Para ela, o pioneirismo do Estado do Ceará regulamentado a matéria representa “um avanço e uma conquista para a população LGBTI do Estado”.

Além de pioneira, de acordo com o corregedor-geral da Justiça do Ceará, desembargador Francisco Darival Beserra Primo, a regulamentação consolida no Estado um “regime de liberdade pessoal e de justiça social, fundado no respeito dos direitos inerentes ao ser humano”. E acrescenta: “O Poder Judiciário, como instância sensível, deve assegurar os direitos fundamentais e garantir a plenitude do sistema jurídico que necessita abarcar e proteger todos, indistintamente”.

Segundo a coordenadora da Rede Trans Brasil no Ceará, Samilla Marques, “é louvável quando o Poder

Judiciário se propõe a fazer o papel de garantir também a justiça social. Isso nos faz ter esperanças de dias melhores e de um futuro de igualdade e respeito às liberdades individuais”.

Ela contou que esperou por quatro anos na Justiça a retificação do nome e gênero em seu Registro Civil. “Além da demora, foi preciso juntar documentos e depoimentos de pessoas. Era necessário tentar provar o que já estava evidente aos olhos de todos, a nossa própria existência”, diz. Após a regulamentação da Corregedoria-Geral, Samilla deu entrada com o pedido de mudança, sem precisar de autorização judicial. “Estou muito feliz. Enfim terei de forma justa o reconhecimento da minha existência nos documentos oficiais do meu País”, comemora.

Quem também vibra com a retificação do nome e gênero no Registro Civil é Karyna Dantas, que em três dias conseguiu uma nova Certidão de Nascimento. Ela fez a modificação em um cartório de Registro Civil em Quixeramobim e já providenciou, inclusive, a mudança de seus documentos pessoais. “É uma grande vitória e conquista, não só pra mim, mas para todas as trans e travestis do nosso Estado. Eu sempre me senti mulher e tinha vontade de mudar meu nome há muito tempo. O que me deixa mais feliz é que eu não precisei entrar na Justiça para fazer

a mudança, nem precisei de laudo médico ou psicológico. O Poder Judiciário do Estado do Ceará está de parabéns”.

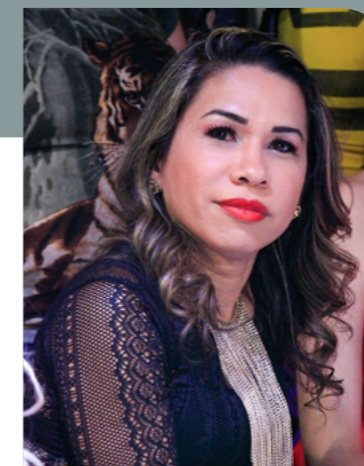
A MEDIDA

Toda pessoa maior ou emancipada na forma da lei civil poderá requerer modificação e consequente averbação do prenome e gênero no cartório onde o Registro Civil foi lavrado ou, alternativamente, em outra serventia da mesma espécie no Estado, competente para analisar e processar o requerimento.

Ainda de acordo com o ato normativo, cogitada a possibilidade de fraude, falsidade ou simulação, o cartório, em decisão fundamentada, deve se recusar a processar o pedido e, ato contínuo, encaminhará os documentos atinentes ao Juízo competente, nos termos da legislação local. É o que está fazendo o cartório de Registro Civil Jereissati, localizado no Centro de Fortaleza. De acordo com a titular da serventia, Salete Jereissati, “na hora de avaliar a documentação de quem nos procura, estamos atentos a cada detalhe”, afirma.

“O Poder Judiciário, como instância sensível, deve assegurar os direitos fundamentais e garantir a plenitude do sistema jurídico que necessita abarcar e proteger todos, indistintamente”.

Des. Darival Beserra,
corregedor-geral da Justiça



Samilla Marques



Karyna Dantas



Comarca de Ocara inicia série de instalações de novas varas do TJCE

Antes, a Comarca era vinculada a Chorozinho, e o magistrado precisava se deslocar periodicamente para julgar as ações que tramitam no Município



Em 25 de abril, a população do Município de Ocara passou a contar com uma vara única, com juiz, servidores e demais profissionais necessários ao julgamento de processos. Na unidade, tramitam 2.525 ações, e os trabalhos passaram a ser conduzidos pelo juiz auxiliar Ricardo Barreto. Antes, Ocara era vinculada à Comarca de Chorozinho, e o magistrado se deslocava frequentemente à unidade para analisar os processos.

A transformação em sede ocorreu por meio da Lei estadual nº 16.397/2017 (nova Organização Judiciária do Ceará), de autoria do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE). O objetivo é corrigir distorções no número de processos por unidade, gerando a equalização da demanda no Estado e beneficiando a sociedade. O presidente do TJCE, desembargador Gladysson Pontes, explicou na ocasião que a elevação da comarca à condição autônoma ocorreu após estudos realizados pelo Tribunal. “Foram utilizados critérios técnicos e objetivos, que envolveram basicamente o número de processos que tramitam na unidade e a população”.

Essas situações foram diagnosticadas pelo Grupo de Trabalho, criado em 24 de fevereiro do ano passado, para elaborar o estudo técnico da reestruturação da Organização Judiciária. A equipe verificou que, das 35 comarcas vinculadas, somente Ocara atendeu aos critérios para ganhar uma vara e se transformar em sede: população de 25.261 habitantes (o mínimo é de 15 mil) e demanda processual (658) acima de metade (500 ações) da média (1 mil) do Ceará, nos últimos três anos, contados no início do estudo. Essas regras estão na Resolução nº 184/2013, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que trata da extinção, transformação ou transferência de unidades.

CRONOGRAMA DE AMPLIAÇÃO

Em 30 de abril, o diretor do Fórum Clóvis Beviláqua, juiz José Ricardo Vidal Patrocínio, instalou a 4ª Vara de Delitos de Tráfico de Drogas de Fortaleza. A criação da nova unidade judiciária, que tem como titular o juiz Jorge Di Ciero Miranda, foi possível a partir da transformação da Vara Única de Trânsito da Capital.

Os processos que estavam em andamento na Vara Única de Trânsito serão redistribuídos para as 16 Varas Criminais, com exceção da Vara de Audiências de Custódia e da 12ª Vara Criminal (crimes contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes). A Vara de Trânsito contava com 229 processos em andamento, 480 processos em fase de inquérito e cerca de 332 processos em grau de recurso no TJCE. O aumento de varas também contempla outras regiões do Estado.

Varas que ainda serão instaladas

ATÉ 30 DE JUNHO

HORIZONTE
CANINDÉ
ITAITINGA
ACARAÚ
BEBERIBE
SÃO GONÇALO DO AMARANTE
CAUCAIA

ATÉ 19 DE DEZEMBRO

IGUATU
RUSSAS
VIÇOSA DO CEARÁ
TRAIRI
ICÓ
JUAZEIRO DO NORTE (DUAS VARAS)
SOBRAL (DUAS VARAS)
MARACANAÚ (DUAS VARAS)

Des. Gladysson Pontes assume Governo do Estado

O presidente do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), desembargador Gladysson Pontes, assumiu interinamente o Governo do Estado, de 30 de abril a 3 de maio, em virtude de viagem do governador Camilo Santana ao exterior. No TJCE, o desembargador Fernando Luiz Ximenes Rocha permaneceu na Presidência durante o período.



TJCE e Fundação Demócrito Rocha promovem capacitação sobre o Sistema de Justiça

Uma parceria firmada entre o TJCE, a Fundação Demócrito Rocha e a Universidade Aberta do Nordeste está proporcionando capacitação com temas sobre a importância da Justiça como conceito social e o papel do Judiciário no ambiente escolar. O curso “Justiça na Sala de Aula” é voltado para professores, pedagogos e gestores em educação, além do público em geral. A meta é beneficiar 500 escolas da rede pública de ensino de Fortaleza e Região Metropolitana. A capacitação conta com 12 fascículos que estão sendo encartados e publicados semanalmente no Jornal O Povo. Além do material impresso, a capacitação terá ainda 12 videoaulas, o que totalizará 120 h/a. Mais informações podem ser obtidas pelo site ava.fdr.org.br.



Projeto do Conselho Editorial do TJCE reedita obras clássicas de juristas cearenses

O trabalho teve início com a obra “O Delito de Matar” do professor e senador Olavo Oliveira, publicada pela primeira vez em 1958

“O Delito de Matar” foi o primeiro livro do projeto “Obras Jurídicas Cearenses – Resgate Histórico”, do Conselho Editorial e de Biblioteca do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), que tem como objetivo republicar livros de autores da área do direito. O lançamento ocorreu no último dia 18 de maio na sala do Conselho Editorial, no Palácio da Justiça, e contou com a presença de magistrados e servidores do Judiciário estadual. Na ocasião, o presidente do Conselho, desembargador Paulo Francisco Banhos Ponte, falou sobre o projeto.



Jornal do Judiciário: Por que esse livro foi escolhido para o lançamento do projeto?

• **Des. Paulo Ponte:** Eu escolhi para começarmos a nossa trilha com um jurista de alto relevo na cultura cearense, que foi o senador Olavo Oliveira, que editou esse livro com muita proficiência.

JJ: Poderia falar um pouco sobre a obra?

• **PP:** O livro foi publicado originalmente em 1958 e foi escrito com linguagem objetiva e concisa, sem desprezar uma densidade própria, enquadrando-o em uma referência científica para aqueles que buscam uma melhor compreensão para o destribe de uma lide na busca do ideal de Justiça.

JJ: O conselho já definiu a próxima obra que será reeditada?

• **PP:** Já temos uma sequência de cinco livros, que eu prefiro deixar em aberto quais são. Mas já temos os escolhidos que pretendemos e vamos editar, tenho certeza.

JJ: O projeto irá publicar somente juristas do Estado?

• **PP:** A ideia é continuar nessa linha de prestigiar autores cearenses. Queremos resgatar e valorizar obras escritas por juristas e magistrados do Estado que ainda hoje se destacam nas lides intelectuais e jurídicas, mas isso não obsta a que nós também possamos fazer futuramente relação a outros autores de porte nacional e internacional.

JJ: Qual a maior dificuldade encontrada para a publicação dessas obras?

• **PP:** Como sabemos das limitações financeiras do Tribunal e das instituições públicas, estamos fazendo um esforço para ficarmos dentro dessas limitações. Nessa perspectiva, estamos realizando o que podemos em relação à cultura do Ceará e em benefício do tribunal, e sobretudo em benefício do jurisdicionado.



SALA DO CONSELHO

O lançamento do livro também marcou a inauguração da sala do Conselho Editorial, localizada no 2º andar do Palácio da Justiça. O evento contou com a presença do presidente do TJCE, desembargador Gladysson Pontes, que destacou a importância da publicação para a preservação da cultura no Estado. “O Conselho teve todo apoio e incentivo para que esse trabalho de resgate se tornasse efetivo. Eles foram criativos e buscaram recuperar essa memória para a atualidade, trazendo a reedição da obra para nosso povo”.

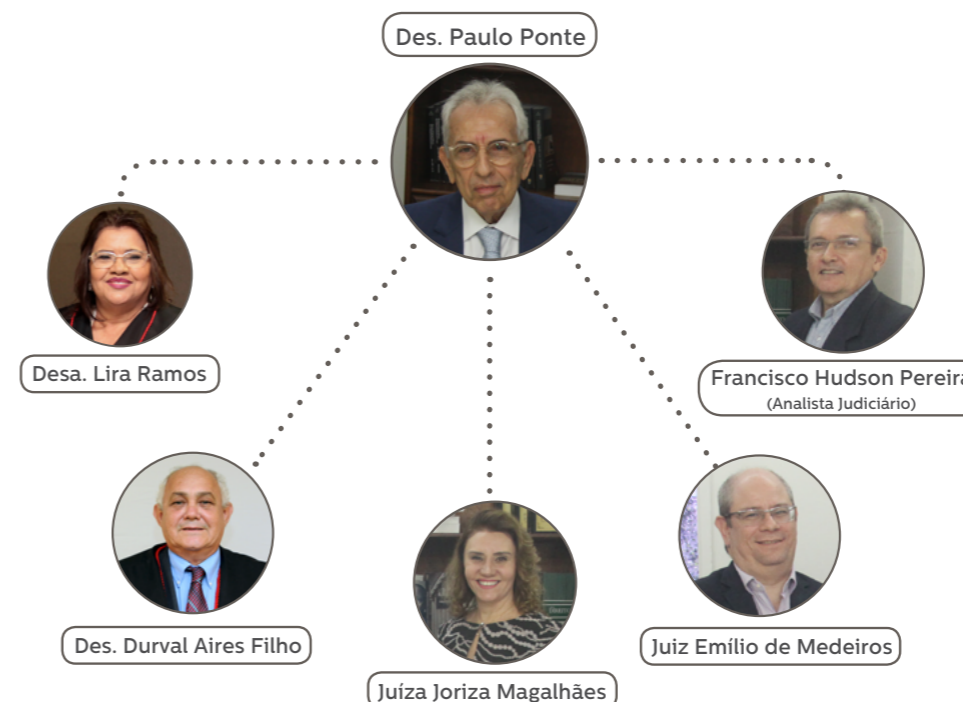
O vice-presidente do Tribunal, desembargador Washington Araújo, disse ter ficado bastante feliz pela republicação porque a obra “voltaria a estar disponível para o público”. O livro está disponível para download na seção “destaques” do site do TJCE.



COMISSÃO

Presidida pelo desembargador Paulo Ponte, a Comissão é constituída pelos desembargadores Lira Ramos de Oliveira e Durval Aires Filho, e pelos juizes Emílio de Medeiros Viana e Joriza Magalhães Pinheiro. O secretário da Comissão é o analista judiciário Francisco Hudson Pereira Rodrigues.

O grupo tem como atribuições aprovar, para fins de publicação, originais de obras encaminhadas à Editora do Tribunal de Justiça para edição ou coedição; planejar, definir e supervisionar as atividades desenvolvidas pela Biblioteca do Tribunal e seus demais acervos bibliográficos; entre outras.



Medalha do Mérito Judiciário homenageia quatro personalidades cearenses



A honraria maior do Poder Judiciário do Ceará é entregue a cada dois anos àqueles que têm atuação em prol da Justiça

O governador Camilo Santana, a irmã Maria da Conceição Dias Albuquerque, o historiador Miguel Ângelo de Azevedo (Nirez) e o servidor da Justiça estadual José Ferreira dos Santos receberam das mãos do presidente do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), desembargador Gladysson Pontes, a Medalha do Mérito Judiciário Clóvis Beviláqua. A maior comenda entregue pela Justiça do Ceará ocorreu em prestigiada solenidade na tarde do dia 11 de maio, no Palácio da Justiça.

“É um momento rico, nobre em que se valoriza as pessoas que têm serviço prestado à Justiça”, disse o presidente do TJCE. Ao fazer referências sobre os agraciados, lembrou que nesta edição eles têm um traço em comum: a simplicidade. “Pelos perfis dos homenageados, denota-se fidedigno atendimento aos critérios seletivos do ato regulador da comenda e, por conseguinte, dignos destinatários da honraria”.

Na ocasião, o governador Camilo Santana disse que a homenagem aumenta mais a sua responsabilidade em trabalhar em parceria com o Tribunal de Justiça. “Respeitando a independência dos Poderes, o Executivo e o Judiciário cearenses têm trabalhado juntos, unidos e fortes em vários projetos”, afirmou ao citar iniciativas como “Tempo de Justiça”, “Audiência de Custódia” e a recém-criada vara específica para julgar crimes oriundos de organizações criminosas.

“Tudo isso tem sido feito através de diálogo e parceria na busca por um Ceará mais pacífico. O Tribunal de Justiça tem sido um grande parceiro na construção de um Ceará melhor, mais justo, de mais oportunidades para os cearenses. É uma honra receber essa homenagem”, ressaltou o governador acompanhado da primeira-dama, Onélia Leite Santana.

O servidor José Ferreira dos Santos ressaltou que este é o ápice da sua carreira. “Representa o meu esforço de



trabalho diário. O presidente esteve no setor em que atuo, observou o meu trabalho e me valorizou”, lembrou.

Para a Irmã Maria da Conceição Dias de Albuquerque, “o sentimento que fica é de gratidão, de continuar salvaguardando as crianças com câncer e poder compartilhar com a sociedade, servir de exemplo para que as pessoas possam ser promotores do bem”.

“A homenagem é uma das mais importantes que recebi. Me sinto feliz, mas, ao mesmo tempo, ainda mais responsável. Procurarei, de aqui em diante, corresponder à confiança que a mim foi dada”, disse Miguel Ângelo de Azevedo, mais conhecido como “Nirez”.

A condecoração, instituída em 1996, é a mais elevada distinção honorífica do Poder Judiciário. É concedida bianualmente para até quatro personalidades por sua atuação profissional, científica ou política e que tenham prestado relevantes serviços ou contribuição à causa da Justiça, ou aos interesses da comunidade do Ceará.



Tribunal de Justiça nomeia 28 servidores

O presidente do Tribunal de Justiça do Ceará, desembargador Gladysson Pontes, nomeou 28 servidores aprovados no último concurso, realizado em 2014. Desse total, sete são para o cargo de analista e 21 para técnico judiciário. A nomeação ocorreu em decorrência da criação de novos cargos por meio da lei estadual nº 16.505, de 22 de fevereiro de 2018.

Realizadas provas objetivas do concurso de cartório

As provas foram realizadas no dia 20 de maio, na Universidade Estácio de Sá – Unidade Via Corpv. As avaliações de ingresso por provimento foram realizadas pela manhã e as de ingresso por remoção pela tarde. A empresa responsável pela aplicação foi o Instituto de Estudos Superiores do Extremo Sul (Ieses).



429 vagas de estágio

O Tribunal de Justiça do Ceará firmou convênio com o Centro de Integração Empresa Escola para preenchimento de 429 vagas de estágio destinadas a estudantes de nível superior. Com a nova parceria, a Justiça estadual passa a contar com 1.140 vagas de estágio. São atendidos universitários dos cursos de Direito, Psicologia, Serviço Social, Administração, Ciências Contábeis, Econômicas e Atuariais, Biblioteconomia, Informática, Estatística, Jornalismo e Pedagogia.



TJCE instala salas para realização de videoconferência

O modelo funcionará inicialmente realizando audiências com presos em seis unidades prisionais do Estado



Réus que se encontrem detidos em seis unidades prisionais de Fortaleza e Região Metropolitana não precisarão mais ser levados ao Fórum Clóvis Beviláqua para serem ouvidos em audiência. Estrutura implantada pelo Poder Judiciário Cearense, composta por salas devidamente equipadas e exclusivamente destinadas para essa finalidade, permitirá que os interrogatórios sejam realizados à distância, por meio de sistema de videoconferência.

As instalações foram inauguradas oficialmente no dia 18 de maio, em solenidade no Fórum Clóvis Beviláqua. Na ocasião, os convidados, além de conhecerem mais sobre a ferramenta, puderam acompanhar na prática seu funcionamento, assistindo a uma audiência presidida pelo juiz titular da 1ª Vara de Execução Penal, Luiz Bessa Neto. O magistrado, assim como promotor de Justiça e defensor público do caso, ouviram e interrogaram o réu que estava no Instituto Penal Professor Olavo Oliveira (IPPOO) II.

Na ocasião, o presidente do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), desembargador Gladysson Pontes, afirmou que a iniciativa, resultado de convênio com o Governo do Estado do Ceará, por meio da Secretaria de Justiça e Cidadania (Sejus), irá reduzir significativamente o deslocamento de presos até o Fórum, dando maior rapidez ao andamento dos processos.

A vice-governadora do Estado, Izolda Cela, também compareceu à inauguração e destacou que o traslado permanente de pessoas que estão no sistema prisional para as audiências requer um elevado efetivo policial, que ficava comprometido com a realização das escoltas e, a partir de agora, poderá ser destinado para outras funções, representando um importante ganho para a segurança pública.

A implantação da iniciativa na Justiça estadual teve à frente o desembargador José Tarcílio Sousa da Silva, presidente da Comissão de Informática do Poder Judiciário. Para ele, a ferramenta é uma importante contribuição para o alcance de uma Justiça mais ágil, transparente e humana.

Inicialmente, o novo modelo funcionará em seis unidades prisionais do Estado: CPPLs II, III e IV, nos presídios de Pacatuba, Caucaia e no IPPOO II, com perspectiva de ser expandido para os demais presídios do Estado. Além disso, deve ser levado também para os fóruns da Região Metropolitana. A iniciativa leva em consideração a busca por celeridade na conclusão do processo criminal, a redução do deslocamento de réus presos para as audiências, a redução de custos e a segurança dos magistrados e demais profissionais envolvidos.

Vice-Presidência do TJCE zera acervo existente

Além disso, o setor movimentou mais de 11 mil processos desde fevereiro de 2017



No início da atual gestão, o acervo da Vice-Presidência do Tribunal de Justiça do Ceará contava com 8.142 processos concluídos para admissibilidade. Em meados de maio de 2018, o estoque foi zerado. O desembargador Washington Luís Bezerra de Araújo, vice-presidente, destacou que somente foi possível cumprir tal desiderato graças ao planejamento prévio: “Houve reestruturação da Vice-Presidência, que foi pensada durante a fase de transição e executada no início da gestão. Tiramos da Vice-Presidência a atribuição de responder pelos desembargadores em gozo de férias, o que sobrecarregava o setor. Também trouxemos dois juízes auxiliares para a ambiência da

Vice-Presidência. A única fila de trabalho existente, com mais de 8 mil processos, foi dividida em outras dez, observada a ordem de conclusão, o que permitiu trabalho adequado.”

Até maio deste ano, a Vice-Presidência deu andamento ao total de 11.736 processos envolvendo admissibilidade de recursos ao Supremo Tribunal Federal e/ou ao Superior Tribunal de Justiça. Referido número corresponde à soma das decisões de admissibilidade proferidas nos processos antigos com aquelas lançadas nos feitos recebidos desde fevereiro de 2017 (3.289 novos feitos). Dos processos recebidos desde fevereiro/2017, apenas 174 aguardam apreciação.

No mesmo período, foram proferidos outros 4.172 despachos e/ou decisões, totalizando 16.143 atos judiciais praticados. O vice-presidente arrematou que o cumprimento da meta originalmente estabelecida permite que, agora, a equipe de trabalho volte esforços para outras atividades, tais como o incremento das atribuições do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes (NUGEP) e o aprimoramento da supervisão das atividades de distribuição.

Planejamento e Gestão: projetos e estratégias que aprimoram a Justiça

Extensão do Sistema de Automação da Justiça (SAJ) e criação de Central de Atendimento na Capital estão entre os projetos que aprimoram a prestação jurisdicional

Dentro do Plano Estratégico 2015-2020 da Justiça estadual, a atual gestão, que tem à frente o desembargador Gladysson Pontes, tem traçado projetos e ações para aperfeiçoar a prestação jurisdicional e ampliar o acesso do cidadão à Justiça. Dos 35 projetos constantes no portfólio de iniciativas estratégicas, gerenciados pelo Escritório Corporativo de Projetos (ECP) da Secretaria de Planejamento de Gestão do Tribunal

de Justiça do Ceará (TJCE), dez já foram concluídos.

É o caso da ampliação do Sistema de Automação da Justiça (SAJ) para 182 unidades no Estado, que proporcionam segurança, celeridade na prestação dos serviços e economia processual. A instalação já foi concluído em 37 comarcas.

Mais uma iniciativa, em fase de execução, é a criação da Central Única de

Atendimento do Poder Judiciário. A ferramenta, que será instalada no Fórum Clóvis Beviláqua, em Fortaleza, vai oferecer atendimento especializado, inicialmente, em competência familiar, além de triagem no atendimento à população. Outra atribuição é o fornecimento de informações processuais e administrativas do 1º e do 2º Grau da Justiça estadual, bem como dos Serviços de Protocolo. A Central está prevista para funcionar ainda este ano.



Corregedoria concede honraria por produtividade e presteza

Além da entrega da Medalha Desembargador Carlos Facundo, outros dez magistrados foram agraciados com certificados de “Menção Honrosa” e “Mérito de Produtividade”



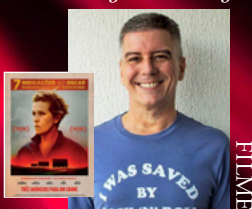
Os treze magistrados cearenses que mais se destacaram nos critérios de produtividade e presteza ao longo do ano passado foram homenageados pela Corregedoria-Geral da Justiça do Ceará com a “Medalha do Mérito Jurisdicional Desembargador Carlos Facundo”, entregue no dia 20 de abril. À frente do órgão, o desembargador Francisco Darival Beserra Primo disse que o objetivo foi

“proclamar à sociedade cearense a excelência dos magistrados, tendo em vista suas elevadíssimas capacidades para o exercício do ofício judicante”. Durante a solenidade, que contou com a participação do presidente do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), desembargador Gladyson Pontes, quatro juízes substitutos receberam “Menção Honrosa” diante da notoriedade dos trabalhos e outros seis magistrados foram agraciados com o certificado de “Mérito de Produtividade”.

Titular do 22º Juizado Especial Cível de Fortaleza, a juíza Helga Medved recebeu a medalha por estar à frente da unidade de entrância final de maior destaque no Estado e falou em nome dos agraciados. “Darival Beserra sempre foi um amigo do jurisdicionado, desempenhando a função correicional de forma precisa e atuante”, ressaltou a magistrada.

Sugestão Cultural

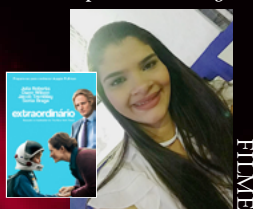
Gamaliel Noronha
Analista Judiciário – TJCE



Três Anúncios para um Crime

A trama foi destaque recente no Oscar 2018, com um total de sete indicações ao prêmio. Trata-se da história de uma mãe inconformada com o brutal assassinato de sua filha, que passa a ir em busca de justiça e a chamar a atenção da sociedade para o caso. Para Gamaliel, “é interessante a forma como o roteirista conseguiu mesclar ação e humor, respectivamente, além da excelente performance dos atores escolhidos”.

Isadora Costa
Recepionista SGP – TJCE



Extraordinário

O filme conta a história de uma criança que nasce com uma deficiência facial grave e por isso recebe cuidados especiais de sua família. A história toma um novo rumo quando o menino entra na escola e vive novos desafios que são decisivos para o desfecho da trama. Segundo Isadora, o filme a fez refletir sobre a importância da autoaceitação e de reconhecer o valor que está dentro de cada pessoa.

Cláudio Alcântara
Analista Judiciário – TJCE



Os irmãos Karamázov

Considerada a obra-prima de Dostoiévski, o livro traz a história da família de Fiodor Karamázov e seus filhos de casamentos distintos, com todos os seus conflitos. Cláudio afirma que o livro chama sua atenção porque o escritor aborda dilemas morais e questões filosóficas. “O livro é muito interessante e a tradução direta do Russo para o Português torna a experiência da leitura ainda mais marcante”, resalta.

Lucas Rocha
Auxiliar de Apoio Administrativo – TJCE



La Casa de Papel

A série retrata uma gangue que se articula para realizar o maior roubo da história da Casa da Moeda Espanhola. A quadrilha de oito ladrões mantém pessoas reféns e tem que lutar constantemente contra os esforços da Polícia para desmascará-los. Para Lucas, “a série é muito envolvente, principalmente por conta dos personagens, que estão em constante risco, o que gera uma tensão que prende o telespectador”.